



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 892/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1583/2015 (03 Volumes).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste.
- 4- Exercício:** 2014.
- 5- Responsável:** Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor Geral e Ordenador da Despesa, à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº. 57/2015 (fls. 412/427).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1619/2015-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga de Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 429/436).
- 8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste. Exercício 2014.

Contas regulares com Ressalvas. Determinação à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas as Contas Anuais do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, Exercício de 2014, sob a responsabilidade do Sr. **Antônio Moraes de Aquino**, Diretor Geral à época, ex-vi do art. 71, inciso II, da CF/88 c/c o art. 40, inciso II, da CE/89 e art. 1º, inciso II, art. 2º e 5º da Lei nº 2423/96 (LO/TCEAM);

9.2- Determinar a Origem para que atente as recomendações expressas na Informação Conclusiva da DICAD/AM, na forma que segue:

9.2.1- Atente ao que dispõem os artigos 2º, 24, 25 26 e 60 da Lei nº 8666/93.

9.2.2- Observe ao que dispõem o artigo 60 da Lei nº 4320/64 e artigo 7º, § 2º, II e caput do artigo 38 da Lei nº 8666/93.

9.3- Seja constatado pela próxima Comissão que irá fiscalizar o Órgão, se medidas estão sendo tomadas no sentido de atender as solicitações desta Egrégia Corte de Contas.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS
Proc. Nº _____
Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 892/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral